



Nem só em Superquadras viverás no Plano Piloto: análise configuracional dos projetos originais das quadras 700 sul

Ana Paula Campos Gurgel^a, Gabriela Pires Lucas^b,
Isadora de Almeida Furtado^c e Pillar Accioly Lima^d

^a Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Brasília, DF, Brasil.
E-mail: anapaulagurgel@unb.br

^b Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Brasília, DF, Brasil..
E-mail: gabriela.pireslu@gmail.com

^c Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Brasília, DF, Brasil..
E-mail: isadoradealmeidafurtado@gmail.com

^d Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Brasília, DF, Brasil..
E-mail: lima.pillar@gmail.com

Submetido em 21 de outubro de 2022. Aceito em 31 de outubro de 2022.
<https://doi.org/10.47235/rmu.v10i2.261>

Resumo. *O objetivo desse artigo é discutir a morfologia da escala residencial unifamiliar nas quadras 700 sul do Plano Piloto de Brasília, tomando como aparato teórico metodológico a Sintaxe Espacial. Foram analisados os projetos originais, tanto na escala edilícia quanto na urbana, a partir de pesquisa nas fontes primárias disponíveis no Arquivo Público do Distrito Federal. A tipologia habitacional geminada popular, embora não estivesse presente no projeto original de Lucio Costa, logo foi inserida à época da construção à oeste da via W3 sul, com vistas a solucionar a demanda por habitação para servidores antes mesmo da inauguração da capital. As VGA's dos projetos originais demonstram que critérios de proteção à intimidade e separação entre patrões e empregados são replicados. A inserção desse modo de morar tradicional cria uma dicotomia com o modelo originalmente proposto das Superquadras, especialmente no que tange à preservação patrimonial, visto que a legislação pouco fez para evitar ou fiscalizar as mudanças das casas geminadas.*

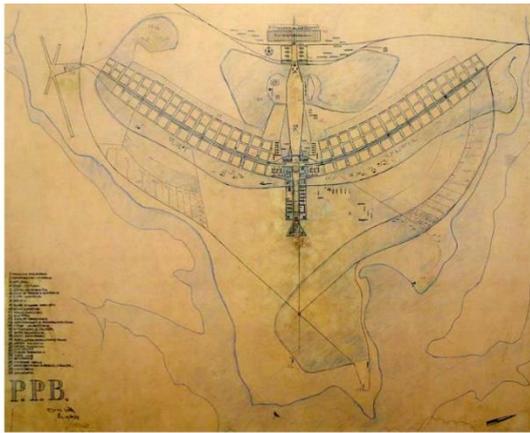
Palavras-chave. *Habitação popular, Plano Piloto, morfologia, patrimônio.*

Introdução

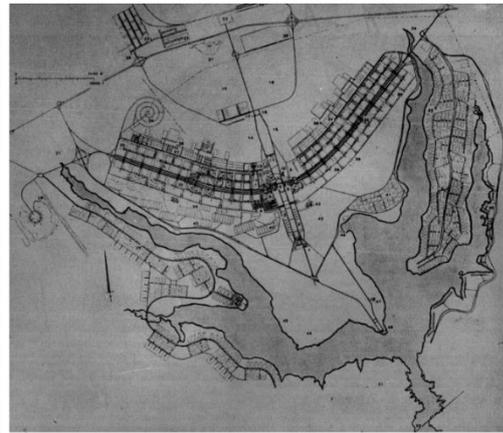
O objetivo deste artigo é discutir a morfologia da escala residencial unifamiliar nas quadras 700 Sul do Plano Piloto de Brasília, tomando como aparato teórico metodológico a Sintaxe Espacial. Foram analisados os projetos originais, tanto na escala edilícia quanto na urbana, a partir de pesquisa nas fontes primárias disponíveis no Arquivo Público do Distrito Federal - ArPDF. Esse artigo faz parte

de uma pesquisa mais ampla intitulada “Habitação unifamiliar no Plano Piloto: estudo diacrônico das quadras 700 Sul de Brasília” desenvolvida em nível de Iniciação Científica na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília entre 2021-22.

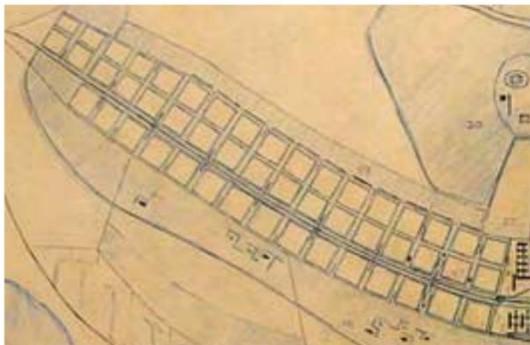
Como é bem sabido, a crise habitacional tornou-se um marco no início do século XX



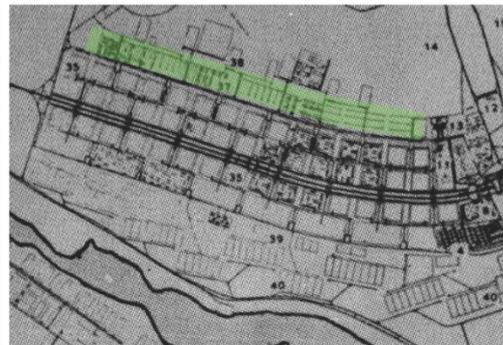
Desenho original do Relatório do Plano Piloto de Brasília de 1957



Plano definitivo de 1957 segundo Bruand (2001, p.360)



Detalhe escala residencial Asa Sul - Superquadras



Detalhe escala residencial Asa Sul - inserção de novas quadras, em verde as 700

Figura 1. Comparativo entre o projeto apresentado no concurso e o projeto executado (fonte: montagem elaborada pelas autoras, 2022).

levando diversos teóricos e arquitetos a discutir e propor sobre o tema. No Brasil, a habitação social tornou-se pauta do governo Vargas (Bonduki 2004). Em 1933 surgem iniciativas públicas promovidas por instituições autônomas, tal como os Institutos de Aposentadorias e Pensões - IAP's favorecendo os segmentos inseridos no mercado formal mais organizados. Entretanto, em 1946, é criado o primeiro órgão federal brasileiro na área da moradia, com finalidade de centralizar e estender a política habitacional, a Fundação da Casa Popular - FCP. A habitação social era produzida complementarmente pela iniciativa privada, visto que a produção estatal não era suficiente para suprir a demanda. Programas arquitetônicos como vilas operárias e casas econômicas serão tema recorrente dos arquitetos modernistas, como exemplo preambular a Vila Operária da Gamboa no Rio de Janeiro de 1932 de autoria de Gregori Warchavchik e Lucio Costa (Lira 2011).

Com a eleição do presidente Juscelino Kubitschek, cumprindo sua promessa de campanha de transferir a capital federal para o interior do país, foi criada em 1956 a Companhia de Urbanização da Nova Capital - NOVACAP. Uma das suas primeiras atividades foi organizar o concurso para o Plano Piloto da nova capital. No edital já é possível observar a influência dos preceitos urbanísticos modernistas que ficariam claros nas propostas apresentadas. No projeto premiado de Lucio Costa, a lógica rodoviária e a setorização funcional são os principais norteadores (Ficher e Palazzo 2005). A questão habitacional é tratada na organização de uma “[...] seqüência [sic] contínua de grandes quadras dispostas, em ordem dupla ou singela, de ambos os lados da faixa rodoviária, e emolduradas por uma larga cinta densamente arborizada” (Costa 1956, p.36). As Unidades de Vizinhança, compostas por quatro quadras residenciais, os comércios locais e as áreas institucionais, estruturam a escala residencial de Brasília. Em complementação, Costa propõe casas isoladas

em “setores ilhados, cercados de arvoredo e de campo” (Costa 1956, p. 38) claramente destinadas à população de mais alta faixa de renda.

Já ao início da implantação do projeto em 1957, uma série de alterações foram feitas¹. Dentre elas, a faixa proposta para “floricultura, horta e pomar” (item 16 do relatório do Plano Piloto - Costa 1956 p. 36), a oeste da “via de serviço”, hoje denominada W3 sul, transformou-se em casas unifamiliares geminadas para atendimento de urgência as famílias transferidas para Brasília, dando origem às quadras 700 (Costa e Lima, 1985). Esse conjunto de casas geminadas já aparece numa planta de 1957, denominada de “Plano Definitivo” (Bruand 2001, p. 35, Figura 1). Nesse mesmo ano são iniciadas as obras das primeiras quadras residenciais sob responsabilidade de alguns IAP’s e da Fundação da Casa Própria - FUNCAP, dentre as quais alguns conjuntos de casas unifamiliares ao longo da Via W3 Sul, cujas primeiras 500 unidades seriam entregues já em 1958, sendo, portanto, “as primeiras habitações definitivas de alvenaria da nova capital, possuindo cada uma 3 quartos, sala, cozinha e demais instalações, além de um pequeno quintal” (Novacap 1957a, p.17). O uso de método construtivo tradicional - facilmente dominado pelos operários em oposição às estruturas de aço e concreto armado - garantiu a rápida execução do projeto (Figura 2).



Figura 2. Processo construtivo tradicional – p.ex. tijolo cerâmico de 8 furos com estrutura autoportante – aplicado nas casas geminadas da Asa Sul. (fonte: montagem elaborada pelas autoras, 2022, com base em fotos do ArPDF).

A tipologia habitacional remete claramente a desenhos urbanos mais tradicionais, como as

casas coloniais brasileiras (Holanda 2010) ou aos bairros operários ingleses (Meira 2013). Por mais contraditório que pareça, a faixa de residências geminadas teve sua implantação iniciada antes mesmo das superquadras, que foram projetadas e detalhadas cuidadosamente. A falta de reconhecimento da tipologia unifamiliar das 700 como um “morar brasileiro” (Meira 2013 p.12), muito provavelmente devido ao fato de ser uma tipologia comum e tradicional (em oposição ao novo conceito de morar proposto pelas Superquadras), acabou deixando a faixa residencial à margem de preocupações patrimoniais e legislativas específicas. Embora, arquitetonicamente, o projeto original das casas vinculava-se também ao modernismo da Escola carioca (Ficher, Schlee e França 2010).

A inserção desse modo de morar criou uma dicotomia com o modelo originalmente proposto baseado na “Unité d’Habitation” idealizada por Le Corbusier (Frampton 1997). As superquadras e as unidades de vizinhança propostas por Costa agregam às unidades habitacionais espaços coletivos como área verde, equipamentos públicos e comércios criando uma relação morfológica entre espaços públicos e privados diferentes do modo de habitação tradicional calcado no sistema lote individual. Mesmo quando Lucio Costa rediscute a cidade nos anos 1980, as unidades geminadas são desconsideradas na “escala residencial, focando-se apenas nas Unidades de Vizinhança (Costa, 1987).

Ante o exposto, essa pesquisa indaga de que modo essa dualidade moderna versus tradicional foi implantada em termos urbanísticos e arquitetônicos, considerando-se que as casas das quadras 700 Sul são parte indissociável da escala residencial da cidade desde seu início. Meira (2013, p. 145) afirma que em conjunto com a superquadra esse “[...] modus vivendi tradicional, a casa unifamiliar, [...] viria a transformar as relações entre as escalas e o próprio equilíbrio funcional que sustentaria o sistema superquadra/comércio local/vias de serviço”. Vale destacar também que o modelo de casa unifamiliar isolada em lotes será amplamente aplicado na construção das “cidades satélites”, o que sugere que a escolha desse modelo tenha ligação com a renda dos seus ocupantes, sendo o modelo

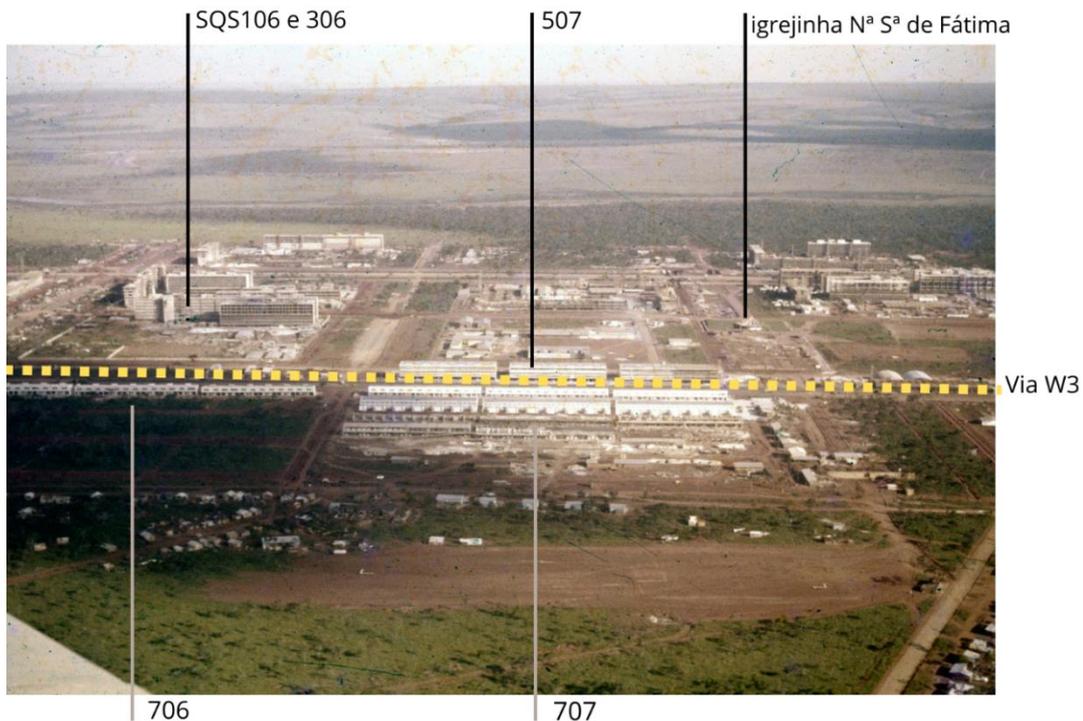


Figura 3. Asa Sul à época da construção, vendo-se em primeiro plano as habitações geminadas (quadras 706 e 707), em amarelo destacada a via W3 e ao fundo as superquadras (fonte: montagem elaborada pelas autoras, 2022, com base em foto do ArPDF).

mais aplicado à habitação popular em todo o país (Bonduki 2004).

Um morar renegado e um novo olhar espacial

A tipologia habitacional unifamiliar para faixas de renda mais baixas é inserida à época da construção à oeste da avenida W3 sul (Figura 3), com vistas a solucionar a demanda por habitação para servidores, que surgiu antes mesmo da inauguração da capital. Diversos trabalhos já avaliaram o tema, em termos historiográficos ou sob a ótica preservacionista, mas a novidade dessa pesquisa é traçar uma análise configuracional das plantas dos projetos originais.

A Sintaxe Espacial – SE é uma teoria que busca articular padrões espaciais às apropriações sociais sobrepostas, de modo a correlacionar as diferentes qualidades dos espaços entendidos como um sistema de permeabilidades e barreiras que demonstram diferentes lógicas sociais (Hanson e Hillier 1984). Dialoga com essa ideia, “o fato de o espaço, o vazio, ser o protagonista da arquitetura é, no fundo, natural, porque a

arquitetura não é apenas arte nem só imagem da vida histórica ou da vida vivida por nós e pelos outros; é também, e sobretudo, o ambiente, a cena onde vivemos a nossa vida” (Zevi 2009, p. 28). Entretanto, colocar o espaço no papel de ator principal não significa ignorar aquelas palavras-chave citadas anteriormente, mas compreender que elas são os aspectos, dimensões ou faces pelas quais a arquitetura impacta o meio ambiente natural e as pessoas (Holanda, 2013). São, portanto, os resultados da arquitetura.

O que se pretende com esse posicionamento teórico é libertar o entendimento da arquitetura tão somente a partir da leitura de rótulos que dependem de grupos e da sociedade como um todo e que podem mudar com o tempo. Ou seja, são significados sobrepostos a arquitetura, uma semântica, mas não são os elementos essenciais da arquitetura. De modo geral, “[...] as teorias [em arquitetura] têm sido extremamente normativas, mas fracamente analíticas. Elas orientaram o design, mas contribuíram relativamente pouco para a compreensão dos fenômenos arquitetônicos. (Hanson e Hillier, 1997, p. 013 - tradução nossa²) e percebe-se que muito da produção atual em teoria e

história da arquitetura replica este tipo de análise. Propõe-se que no lugar de postular uma fórmula e tentar a qualquer custo encaixá-la em edifícios e cidades, se estude o fenômeno em si para descobrir as suas relações intrínsecas. Em outras palavras, o que se busca é a sintaxe, ou seja, aquilo que está contido na própria configuração da arquitetura, que se mantém independente de tempo, lugar, sujeitos etc.

A relação abstrata entre o espaço e a vida social é representada e quantificada pela SE, por meio da análise do encontrar, do ver e do mover-se, ou seja, como um espaço pode favorecer ou não estas ações. A partir de parâmetros técnicos específicos, examina-se os graus de permeabilidade do espaço e a sua transparência e opacidade, para assim verificar as consequências sociais de determinada configuração.

Essa pesquisa aprofunda-se na escala dos edifícios, utilizando o método da Análise Gráfica Visual (usamos a sigla em inglês VGA - *Visual Graphic Analysis*), a qual está relacionada a capacidade de alcance visual, a partir da premissa de que o ser humano vê campos visuais diferentes à medida que se movimenta no espaço. Proposta por Turner et al (2001), a VGA é uma adaptação da técnica da isovista - num polígono definido por tudo que pode ser visualizado a partir de um determinado ponto no espaço, em caráter local - que relaciona não apenas um ponto, mas todos os pontos contidos no sistema. As modelagens quantificam globalmente as questões de visibilidade e permitem observar a relação entre o comportamento humano e a configuração do espaço, pois, “características qualitativas básicas do espaço como amplitude, permeabilidade, complexidade, ordem e fechamento estão correlacionadas a atributos quantitativos simples de isovistas e grafos de visibilidade” (Beck 2011, p. 21).

As plantas das casas foram redesenhadas por meio de ferramentas computacionais de Desenho Assistido por Computador – DAC (ou no mais usual, do inglês *Computer Aided Design* – CAD) representando barreiras e permeabilidades visuais internas, como numa visão ao nível dos olhos, com os seguintes critérios: portas e janelas limítrofes ao exterior foram desenhadas fechadas (como se as

cortinas estivessem cerradas p.ex.); portas internas mantêm-se todas abertas; meias-paredes, diferentes níveis e escadas são tidos como barreiras; mobiliários fixos (como balcões de cozinha e guarda-roupas) foram mantidos como barreiras e peças sanitárias foram desconsideradas. Os pavimentos foram avaliados separadamente, entendendo-se que a mudança da cota altimétrica é um elemento *per si* de segregação visual. É importante frisar que essa etapa de análise e redesenho das plantas é de extrema importância, pois ela influencia diretamente nos resultados. Os parâmetros escolhidos e a manipulação das informações definem que tipo de relação com o espaço está sendo analisado e, portanto, permitem diversas modelagens.

Os desenhos em seguida foram levados ao *software* Depthmap que calcula os parâmetros grafo-numéricos, entre eles a medida que foi aqui utilizada: integração visual, definida como o potencial de um ponto ser visto ou percorrido, traduzindo-a em um sistema de cores. Cores mais quentes representam ambientes que possuem maior visibilidade, estes sendo interpretados também como ambientes que possuem maior hierarquia, destaque, importância etc. Cores frias, por sua vez, representam ambientes dos quais pouco se vê ou se é visto, que tendem a ser menos importantes no conjunto, ou ainda, ambientes de maior privacidade.

Podemos dividir a análise do nosso recorte geográfico nas seguintes escalas subsequentes: primeiro temos a unidade habitacional que possui originalmente seis tipos de plantas; em segundo nível temos os “blocos”, conjuntos de 6, 8, 10 ou 12 unidades geminadas (ou seja, sem recuos laterais entre si); por fim, esses renques juntamente com os espaços livres e de circulação formam as “quadras”. Anteriormente definiram-se 50 quadras com cerca de 90 metros de largura cada, mas elas foram aglutinadas e atualmente são ao todo 13 quadras residenciais, da 703 a 715³ que correspondem ao tamanho médio e numeração das superquadras (ver figuras 4 e 5).

Agenciamento urbano

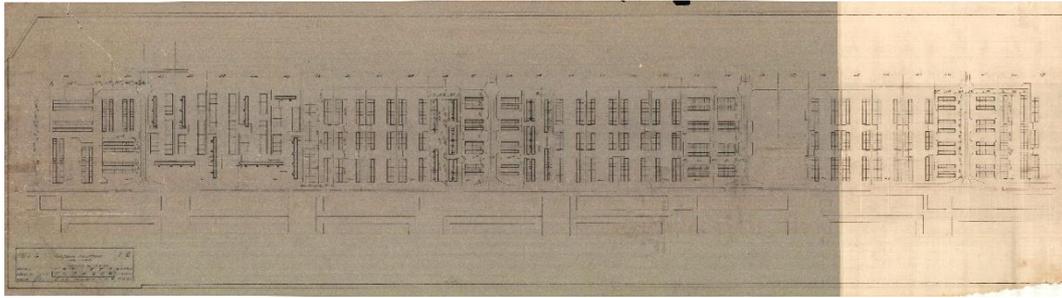


Figura 4. Desenho original datado de junho de 1960 com o projeto de localização das atuais quadras 715 (à direita) até a 708 (à esquerda), anteriormente numeradas de 50 a 19 (fonte: ArPDF).

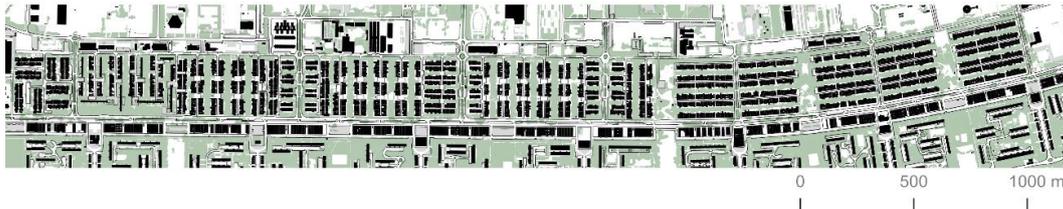


Figura 5. Planta geral das quadras 700. Nota-se a diferença de implantação das quadras 707 a 703, projetadas posteriormente (fonte: elaborada pelas autoras com base nos dados da georreferenciados da Codeplan).

Como dito, a demanda urgente por habitações levou à adição das quadras de habitações geminadas unifamiliares a oeste da via W3 sul. A avenida, antes pensada como borda do tecido urbano, serviria como uma grande via de serviços, sua margem mais próxima às superquadras seria ocupada com garagens, oficinas, depósitos e comércios e a outra margem daria acesso a uma zona de floriculturas, hortas e pomares (Costa, 1956). Sem reconfigurar a característica de via de serviços, projeta-se a adição das quadras residenciais. A via W3 é, então, a interface que agencia a adição imprevista das quadras 700 ao Plano Piloto “original”.

Os renques de casas se organizam defronte à uma faixa de área verde *non aedificandi* que varia entre 28 a 38 metros de largura (entre as fachadas dos edifícios), definida posteriormente como “faixa de recreio” (Costa, 2018, p.341). Representando uma inversão na lógica tradicional, o acesso às áreas sociais se dá por esses jardins coletivos cujo ingresso é somente aos pedestres enquanto, na extremidade oposta dos lotes, encontra-se a rua para veículos e as garagens (definidas apenas nos desenhos a partir de 1960). Meira (2013, p.146) considera que tal organização transformou o “[...] jardim na ‘frente’ das casas a função de quintal”

enquanto “os jardins públicos à frente dos renques de casas são subutilizados”.

O acesso às quadras geralmente adentra uma via coletora perpendicular a W3, que acessa a via W4 (paralela a W3, mais a oeste) e a partir desta estão dispostas perpendicularmente às vias locais, em *cul-de-sac*, que acessam as casas. Existem variações ao longo do conjunto, como as quadras 703 a 707, que são dispostas de forma paralela em relação à via W3, permitindo o acesso direto das casas lindeiras à via arterial (retomar a Figura 5).

As fileiras de casas geminadas são organizadas de variadas formas ao longo do conjunto, podendo ser agrupadas e categorizadas de três formas por Castelo (2008), de acordo com seus acessos:

- “Renques com dois acessos” se refere às fileiras de lotes nos quais a garagem é acessada pela rua e a fachada da casa, a entrada “social” possui acesso por uma área verde de aproximadamente 30m de largura que separa da próxima fileira de lotes (Figura 6);
- “Fundos de lotes formando becos” categoriza aquelas fileiras de casas em esquema similar ao supracitado, mas neste, a fachada de acesso

social é afastada apenas 3 metros da seguinte, formando uma espécie de beco - que geralmente é fechado com um portão pelos moradores;

- Denominou-se de “Vilas” a configuração na qual as ruas de serviço dão acesso a apenas dois conjuntos de casas, possibilitando também o fechamento pelos moradores.

O tecido urbano das 700 conforma uma mescla da morfologia urbana tradicional com traços dos ideais do urbanismo moderno. A tipologia unifamiliar geminada enfileira-se de forma a configurar as ruas locais como “ruas corredores” mas é conciliada a faixas non aedificandi, vastas áreas verdes livres e as laterais das casas são posicionadas de modo a formar empenas cegas que faceiam a avenida principal. Por vezes, como no caso da quadra 714 sul, as residências se entrosam com pequenos blocos sobre pilotis. Esse agenciamento entre os ideais modernos vigentes e as demandas imediatas por habitação durante o grande canteiro de obras forma, nas quadras 700, um outro modo de habitar o Plano Piloto.

(numerados de HP1 a HP6), agrupados em conjuntos, com “[...] grande coerência de linguagem, reproduzindo – em maior ou menor escala – soluções características da arquitetura modernista carioca” (FICHER et al, 2010, p.166). Oscar Niemeyer projetou 500 unidades residenciais nas quadras sul 707, 708, 711 e 712 para a Fundação da Casa Popular (Ficher, Schlee e França 2010). A Quadra 713 é um projeto de João Filgueira Lima de 1961. Os desenhos originais das casas foram localizados no ArPDF.

A menor tipologia é a HP2, uma casa térrea com dois quartos com 7,9m de largura de lote. A HP1 é uma casa térrea com três quartos com 8,6m de testada. Com planta muito semelhante ao anterior, o modelo HP4 difere-se por possuir 10m de frente. A casa tipo HP6 possui 3 quartos, banheiro, sala de estar e jantar, cozinha, quarto e banheiro de empregada em lote de 10m de testada. HP3 e HP5 são casas de dois pavimentos que se diferem pelo tamanho dos lotes: 6,65m de frente na HP3 e 8m na HP5. Esta última possui também uma dependência de empregadas separadas do corpo principal da casa por uma área de serviço (ver Tabela 1).

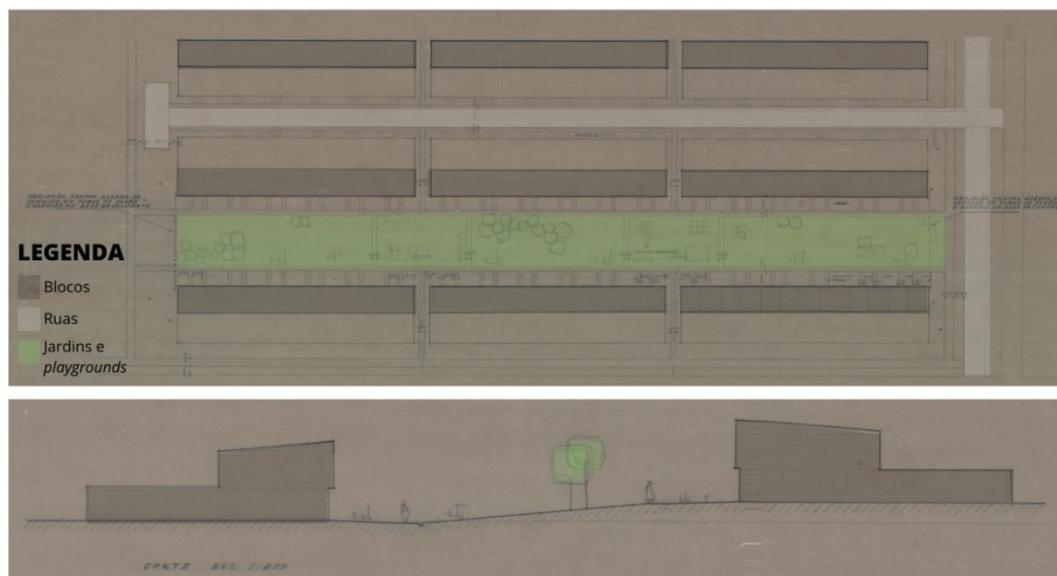


Figura 6. Detalhe do “projeto urbanização” – prancha datada de novembro de 1960 – apresentando a faixa non aedificandi com jardins e parques infantis entre os blocos residenciais paralelos a W3 em planta e corte (fonte: modificada pelas autoras com base no original disponível na ArPDF).

As unidades habitacionais

As casas das 700 se dividem em seis modelos distintos, com um ou dois pavimentos, denominados Habitação Popular - HP

A partir dos resultados calculados pelo Depthmap pode-se interpretar algumas informações referentes às casas HPs, as relações que seus espaços possuem entre si, bem como investigar os efeitos das relações

socioculturais sobre suas estruturas espaciais e vice-versa. Por mais que a linguagem formal das habitações geminadas das quadras 700's reproduza soluções modernistas, como a eliminação de ornamentos historicizantes e a racionalização dos traços, assim como sua própria produção, por materializar uma "busca pela racionalização e industrialização do sistema de produção das moradias, de modo a reduzir seu custo" (Bonduki 2004, p.154), as plantas dessas residências ainda apresentam uma rígida separação funcional que se articula ao "paradigma dos setores" (Amorim, 2008). É possível perceber isso em suas plantas baixas e de modo mais claro nos mapas de visibilidade (Figuras 7, 8, 9, 10, 11 e 12).

Pode-se notar a rígida separação entre o setor íntimo, o setor de serviços e o setor social, este último, com exceção da planta HP5 (Figura 11), apresentando-se como área de grande

integração visual (variando de tons de vermelho a amarelo), indicando sua importância dentro do conjunto. Nas casas HP1 e HP4 esses espaços serão os de maior integração visual da casa, enquanto nas outras casas, HP2, HP3, HP5 e HP6, serão as zonas de transição os ambientes de maior controle.

Em todas as plantas os ambientes que apresentam tons mais frios no mapa VGA, ou seja, de onde menos se pode ver os demais cômodos, são os quartos, banheiros e varandas. Em relação aos dois primeiros, pode-se pensar no preceito da intimidade desses ambientes. No entanto, no que diz respeito às cores azuis nas varandas, pode-se pensar que sua integração visual acontece principalmente com o exterior da casa, permitindo, por meio de sua localização segregada da maior parte da casa, a privacidade da família ao observador externo.

Tabela 1. Descrição das tipologias habitacionais (fonte: elaborado pelas autoras, 2022).

Tipos	Características					
	Testada	Pavimentos	Quartos	DCE	Área construída	Data do desenho (ArPDF)
HP 01	8,6m	Térrea	3	não	71,2m ²	Jul/1957
HP 02	7,9m	Térrea	2	não	72,3m ²	Jul/1957
HP 03	6,65m	2 pav.	3	não	182,5m ²	Jul/1962
HP 04	10m	Térrea	3	não	100m ²	Out/1957
HP 05	8m	2 pav.	3	sim	230,5m ²	Jul/1962
HP 06	10m	Térrea	3	sim	140m ²	Nov/1957

Obs. Área construída calculada a partir de todo o perímetro da edificação, incluindo varandas e áreas de serviço descobertas.

Na planta do térreo da tipologia HP5 outra área que chama atenção por seus tons frios, são o quarto e banheiro de serviços, sendo estes os ambientes com a menor integração de toda a casa, contrastando com as mesmas áreas na tipologia HP6, única outra que também possui dependências de serviço. Enquanto na HP5 esses dois ambientes encontram-se totalmente segregados do resto da cada, separados por uma área de serviço aberta, na HP6 essas áreas não só espacialmente estão mais integradas à casa, mas se encontram mais visualmente

integradas a ela também, formando uma faixa de integração que parte da cozinha e alcança até o quarto de serviços. A separação entre patrões e empregados, típica das casas coloniais e ecléticas brasileiras (Trigueiro e Marques 2015) é, portanto, repetida ainda na dita "modernidade".

Ademais, ainda nos projetos das plantas HP5 e HP6, é possível observar a cozinha ganhando mais destaque e visibilidade dentro do espaço da casa, representada no mapa de VGA em tons de amarelo e verde. Sugere-se,

portanto, uma intenção - ainda que tímida - que surgia de integrar mais esse espaço aos demais ambientes da casa, uma vez que a intimidade é garantida pela cota altimétrica dos quartos. Podemos supor que essa solução antecipa, de certo modo, o fenômeno da

“socialização” dos espaços de cozinhar que ganhou cada vez mais força com o passar dos anos, uma vez que nessas casas com uma reforma simples salas e cozinhas podem ser integradas espacial e visualmente⁴.

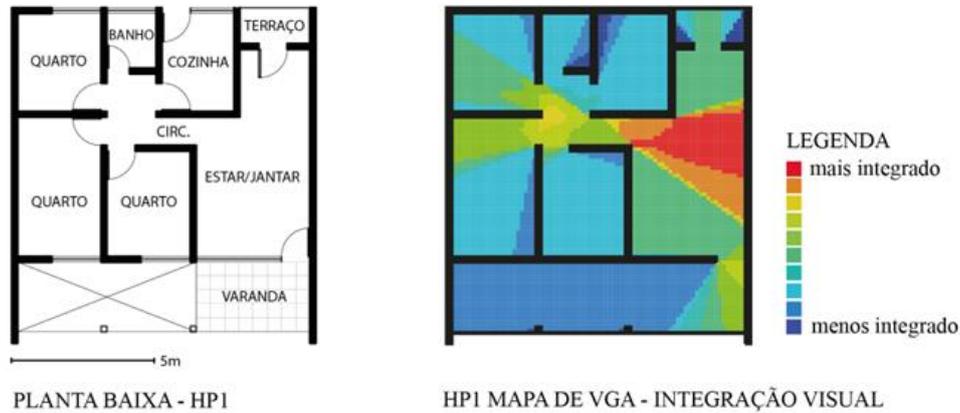


Figura 7. Planta baixa HP1 e respectivo mapa VGA (fonte: elaborado pelas autoras com base no original disponível na ArPDF).

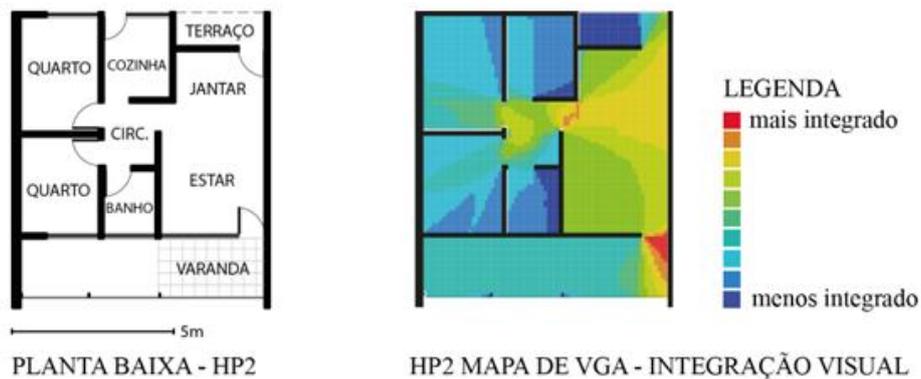


Figura 8. Planta baixa HP2 e respectivo mapa VGA (fonte: elaborado pelas autoras com base no original disponível na ArPDF).

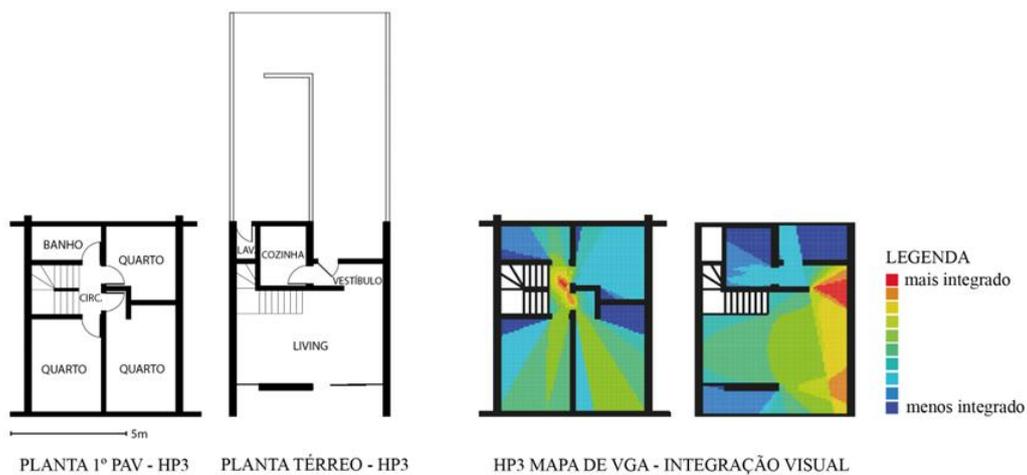


Figura 9. Planta baixa HP3 e respectivo mapa VGA (fonte: elaborado pelas autoras com base no original disponível na ArPDF).

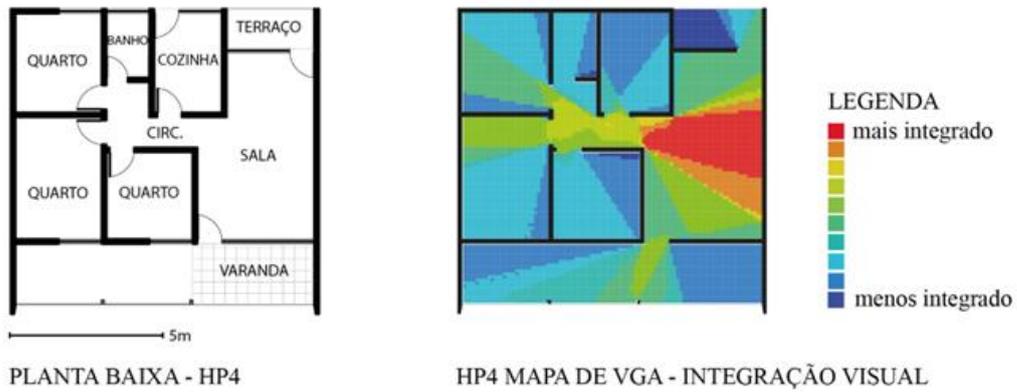


Figura 10. Planta baixa HP4 e respectivo mapa VGA (fonte: elaborado pelas autoras com base no original disponível na ArPDF).

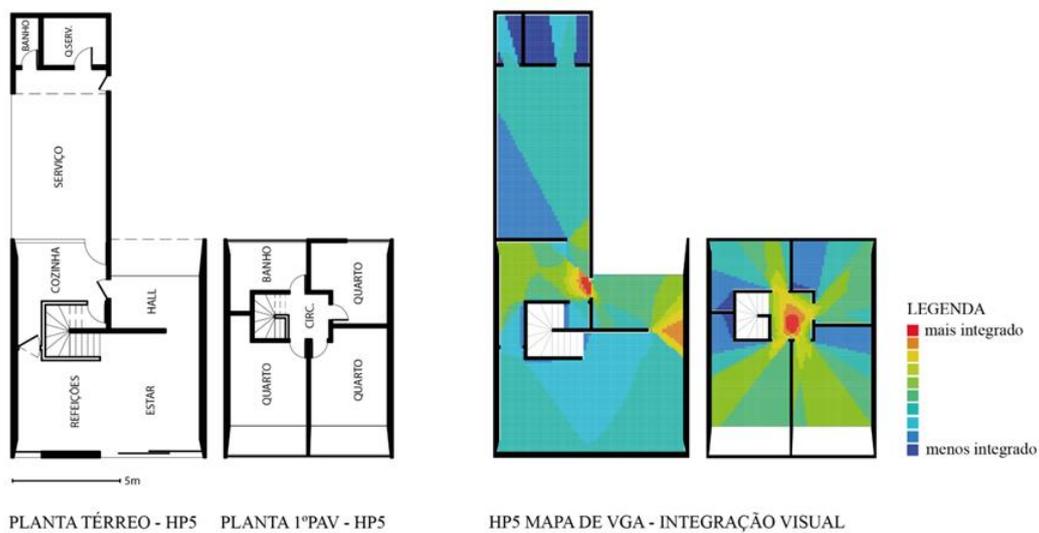


Figura 11. Planta baixa HP5 e respectivo mapa VGA (fonte: elaborado pelas autoras com base no original disponível na ArPDF).

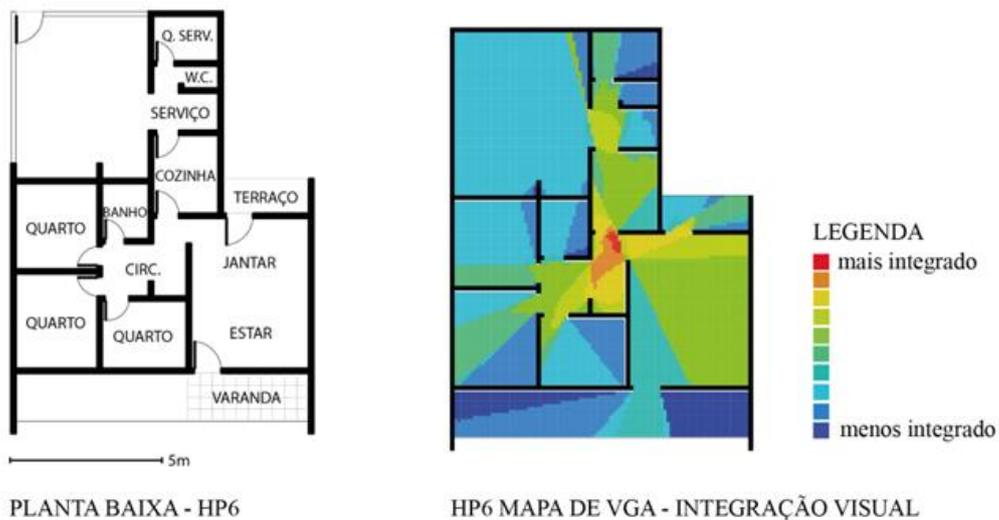


Figura 12. Planta baixa HP6 e respectivo mapa VGA (fonte: elaborado pelas autoras com base no original disponível na ArPDF).

“Minha casa, minhas regras”: sobre a (não)regulação urbanística das 700 sul

Como visto anteriormente, a habitação geminada das quadras 700 aparece no contexto do Plano Piloto como um contraste, tanto em relação a sua morfologia e tipologias arquitetônicas quanto em relação a sua forma de ocupação, muito mais próximas de um modo tradicional brasileiro de habitar. Mesmo assim, inicialmente havia algo em comum entre os diferentes tipos de morar do Plano Piloto: o parcelamento em conjuntos, semelhantes às projeções das superquadras, garantiriam idênticos afastamentos, taxas de ocupação e gabarito para os renques de casas geminadas do setor formando um volume visualmente singular e em fita disposto entre áreas verdes públicas. A uniformidade e padronização eram defendidas por Lucio Costa, como percebe-se no excerto a seguir:

Importa assinalar que, tal como nos prédios de apartamentos, as unidades componentes de cada conjunto não poderão ser “individualizadas” (aspas do autor) nem quanto às suas frontarias nem quanto aos muros ou gradis separatórios das calçadas. Os ingleses nas cidades, inclusive aristocratas, moram em renques de casas geminadas iguais (Costa 2018, p.341).

As residências, mesmo que previstas para contarem com uma uniformidade de leitura em suas fachadas, com o tempo se diferenciaram entre si, muitas vezes em busca de identidade ou maior segurança os moradores foram retirando ou substituindo partes da arquitetura original dos edifícios. Destarte, elementos da arquitetura moderna presentes nas casas como cobogós e *brises solei* (Figura 13) foram dando lugar a grades e toldos, os revestimentos passaram a ser escolhidos de acordo com o gosto pessoal, às frentes das casas que davam para a área verde pública foram se tornando entradas de serviço, algumas casas com acesso direto a W3 passaram a assumir usos de serviço ou comércio como salões de beleza e pensões e em outras quadras até mesmo áreas verdes lindeiras foram apropriadas como estacionamentos privativos.

Esse cenário deve-se ao fato de que o morar das SHIGS não é o mesmo das superquadras e, portanto, não é visto como o morar moderno que se esperava da cidade planejada, mas sim um morar mais próximo das habitações tradicionais. Assim, a área foi ofuscada e esquecida até mesmo nas regulamentações de proteção patrimonial, sendo apenas recomendado a manutenção dos parâmetros urbanísticos já existentes nos documentos de proteção do Conjunto Urbanístico de Brasília como o Decreto nº10.829/87 (Governo do Distrito Federal 1987) e a Portaria nº 314/92 (IPHAN 1992), relegando assim o controle do uso e ocupação do solo ao governo local. As principais normas e legislações urbanísticas que afetaram a área das 700 foram os Códigos de Edificação de 1960, 1967, 1989 e o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília - PPCUB, proposta de 2014 e ainda em desenvolvimento.



Figura 13. Habitações geminadas HP1 recém-construídas na hoje denominada quadra 708 (Fonte: ArPDF)

O Código de Edificação de 1960 (Governo do Distrito Federal 1960), primeiro da cidade, embora posterior ao início da ocupação das casas do setor (de 1958), já trazia em si uma contradição. Apesar das primeiras casas construídas serem térreas, o código de obras regulou-se pelas casas tipo HP3 e HP5 que possuíam 2 pavimentos. Desse modo, a reforma para adição de segundo pavimento nas residências existentes foi permitida, o que afetou diretamente a pretensão de uniformidade das fachadas.

Em 1967, o novo Código de Edificações definiu pela primeira vez um zoneamento para os setores, sendo o Setor de Habitações Individuais Geminadas Sul - SHIGS (sigla até hoje utilizada) estabelecido como parte da zona residencial. Ou seja, o uso da terra foi considerado como exclusivamente residencial, de tipo edifício de residências geminadas com até 2 pavimentos e altura máxima de 7,00m, a taxa de ocupação



Figura 15. Vista da quadra 704 a partir da W3 (fonte: *Google street view*, jan. 2019)

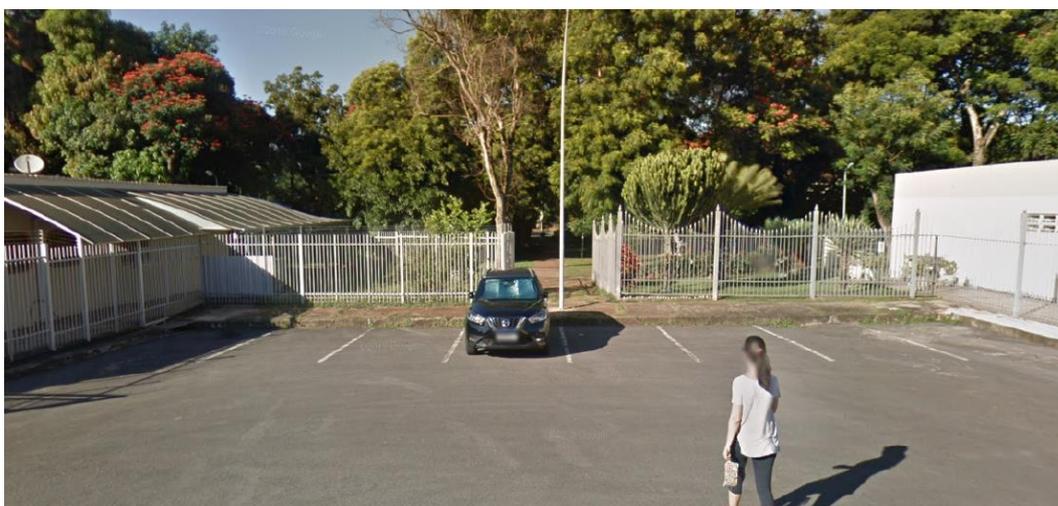


Figura 16. Cercamento de área verde pública 711sul (fonte: *Google street view*, jan. 2019)



Figura 17. Edificação com 3 pavimentos e uso modificado (fonte: *Google street view*, jan. 2019)



Figura 18. Cercamento e edificação em área verde pública da 712 sul (fonte: *Google street view*, jan. 2019)



Figura 19. Fechamento de passagem de pedestres para uso como garagem na 708 sul (fonte: *Google street view*, jan. 2019)

SHIGS 703 Bloco M SUPER DESTAQUE

R\$ **2.400.000** SIMULAR CRÉDITO Área Útil: **468,00 m²** Valor R\$ /m²: **5.128**

4 quartos 1 suite 5 vagas Cidade: BRASÍLIA - ASA SUL

Casa 4 quartos à venda, 468 m² por R\$ 2.400.000 - Asa Sul - Brasília/DF

Detalhes

Venda de Casa Padrão	Código: ██████████
IPTU R\$: 2.775	Aceita Financiamento: Sim
Aceita Permuta: Sim	Área Total: ██████████
Total de Andar do Empreendimento: 4 Andares	Última Atualização: 23/08/2022

Descrição

Esmeralda Corretora Imobiliária vende casa maravilhosa na **703 Sul**, completamente reformada, com armários planejados em todos os ambientes e acabamentos extremamente refinados.

Aceita permuta, por imóveis de menor valor. Também estuda proposta

O imóvel **possui 4 pavimentos**, subsolo, térreo, primeiro e segunda andar. Também possui dois elevadores, sendo 1 social (com acesso a todos os pavimentos) e 1 elevador para carros.

Completa **infraestrutura em cada pavimento, com 1 cozinha equipada por andar.**

Figura 20. Anúncio de casa a venda na 703 sul no qual fica explícito o desrespeito ao coeficiente de aproveitamento dos lotes e ao Gabarito de 2 pavimentos (fonte: disponível em: <<https://www.dfimoveis.com.br/imovel/casa-4-quartos-venda-asa-sul-brasilia-df-shigs-703-bloco-m-452739>>, grifo das autoras)

Na planta do térreo da tipologia HP5 outra área que chama atenção por seus tons frios, são o quarto e banheiro de serviços, sendo estes os ambientes com a menor integração de toda a casa, contrastando com as mesmas áreas na tipologia HP6, única outra que também possui dependências de serviço. Enquanto na HP5 esses dois ambientes encontram-se totalmente segregados do resto da cada, separados por uma área de serviço aberta, na HP6 essas áreas não só espacialmente estão mais integradas à casa, mas se encontram mais visualmente

Considerações finais

Diversos autores sugerem que alterações feitas no projeto inicial da *urbs* não alteraram a essência urbanística e simbólica de Brasília, mas alteraram a condição urbana, o assentamento no território, a infraestrutura e a disposição funcional ao longo dos eixos viários estruturadores (Francisconi 2011). Nesse sentido, a tipologia edilícia das habitações geminadas dispostas em um sistema viário de desenho majoritariamente em *cul-de-sac* (ruas sem saída) representa um contraste com a modulação residencial vertical Plano Piloto, que deixa livre os terraços com os pilotis e com generosas áreas verdes. Esse espaço urbano distinto possibilitou experiências urbanas diferentes daquelas vivenciadas nas Superquadras. O desenho mais tradicional em lotes unifamiliares, mesmo que inicialmente definindo blocos uniformes, situado na franja de um tecido moderno, inaugurou uma complexidade socioespacial imprevista pelo plano original.

O “habitar” é um fenômeno complexo ao trazer consigo uma riqueza de elementos sociais e simbólicos. Entretanto, essas informações geralmente passam despercebidas pelos ocupantes (e mesmo nas pesquisas arquitetônicas) pela sua trivialidade cotidiana, mas cujo estudo pode revelar padrões espaciais que são “[...] regidos por convenções complexas sobre quais espaços existem, como estão conectados juntos e sequenciados, quais atividades acontecem juntas e quais são separadas”. (Hanson, 1998, p.2 – tradução nossa⁵) No caso em análise, apesar da linguagem da caixa mural remeter claramente às experiências modernistas da

Escola carioca, o espaço doméstico ainda é marcado pelos valores tradicionais da família patriarcal de raço colonial, reproduzindo “antigos modos de interface entre as comunidades de usuários domésticos (patrões, visitantes e empregados) [...] e padrões sociais de controle e supervisão familiar” (Aldrigue 2012, p. 61). Ou seja, mesmo que mudanças plásticas, técnicas e espaciais sejam nítidas nas residências algumas características são tão fortemente arraigadas à herança doméstica brasileira que permaneceram quase inalteradas (Amorim 2008).

Essa dualidade entre tradição e modernidade é reforçada pelo “paradigma dos setores” (Amorim 2001), premissa projetual que visa estabelecer a melhor articulação espacial dos setores (social, serviço e íntimo) bem como a sua separação determina os modos de interação e co-presença entre os grupos de indivíduos (moradores, visitantes e empregados), revelando uma tendência à delimitação de cada grupo em uma zona definida pela setorização. Os projetos reforçam a separação funcional, mas especialmente nas tipologias HP5 e HP6 já se percebe uma maior articulação entre os espaços sociais e a cozinha. Esse achado corrobora com estudos precedentes (Aldrigue 2012; Griz 2012; Trigueiro e Marques 2015; Gurgel 2018;) nos quais torna-se evidente que os paradigmas modernistas internacionais são apenas parcialmente aplicados no Brasil, especialmente pensando que:

Apesar da crescente demanda por privacidade, o setor social expandiu-se em área construída, porcentagem de espaço investido relativamente aos demais cômodos, e número de espaços componentes – terraços, varandas, pérgolas, bares e cozinhas ditas “americanas”. Na hipótese de não ter ocorrido um enriquecimento em modos de convívio entre moradores e visitantes é de se supor que essa expansão conote manifestação de *status* que parece ter atingido um clímax (e ponto de inflexão) na virada das décadas de 1980 e 1990 (Trigueiro e Marques 2015, p.115)

Esse trabalho abre, portanto, um conjunto de desdobramentos. Em termos das edificações,

seria interessante avaliar as reformas para observar como as plantas originais favorecem ou não a expansão do setor social comentado acima. Em termos de organização social, sugere-se avaliar a distribuição de renda na área ao longo dos anos. Isso é particularmente relevante, porque falamos aqui de tipologias habitacionais que parcamente (r)existem. Os modos de morar alteraram-se consideravelmente nesses 60 anos de existência da capital brasileira. Essas casas, antes destinadas às camadas mais pobres, hoje são comercializadas por altos valores de metro quadrado dada a sua privilegiada localização e passam por acelerado e irreversível processo de descaracterização (Figura 20). A maioria das casas das 700sul foi reformada, atualizadas interna e externamente. As fachadas são particularmente chocantes em termos da preservação patrimonial. Pouco ou nada se compreende os reques de casas como conjuntos unificados, embora alguns poucos exemplares mantenham suas características originais. Parece-nos muito claro que a tipologia foi renegada⁶ – por seus traços corriqueiros e “tradicionalistas” ou talvez por sua destinação como habitação popular – frente aos edifícios de apartamentos das superquadras e seu desenho urbano *avant-garde*.

Notas

¹ Após revisões no projeto vencedor do concurso, foi determinada uma sequência de alterações ao desenho da proposta. Todo o Plano Piloto é deslocado na direção leste para se aproximar do lago e amplia-se o centro urbano, para dar espaço aos equipamentos alocados nos setores centrais (Governo do Distrito Federal 1985). Também são inseridas quatro novas faixas de ocupação, paralelas ao eixo leste-oeste, que alargam o Plano Piloto na sua extensão norte-sul. São elas: as quadras 700, destinadas a residências unifamiliares geminadas, na borda oeste; e, foi criada mais uma sequência de superquadras do lado leste, as quadras 400, compostas por edifícios multifamiliares econômicos de apenas três andares (originalmente, essa porção acomodaria as Embaixadas e não tinha destinação de uso residencial). Em complementação, à leste; e face às 400 e às 700, em ambos limites leste e oeste, são adicionadas as faixas das quadras 600 e 900,

destinadas a grandes lotes institucionais (Meira 2013).

² No original: “We might say that theories have been strongly normative but weakly analytic. They have guided design but contributed relatively little to general understanding of architectural phenomena.”

³ As quadras de final 01 (p.ex. 701 ou superquadra 301) não existem pois foram destinadas ao alargamento do centro comercial da cidade. A 702 é destinada a equipamentos como escolas e igrejas e a 716 é o setor hospitalar sul.

⁴ Em uma possível contuidade dessa pesquisa, sugere-se investigar como e porque os moradores modificaram esses projetos originais por meio de reformas.

⁵ No original: “[...] governed by intricate conventions about what spaces there are, how they are connected together and sequenced, which activities go together and which are separated out [...]”.

⁶ O mesmo parece se repetir em outros enclaves urbanos no Plano Piloto: a Vila Telebrasília e a Vila Planalto, antigos acampamentos das obras que passam nos últimos anos por processos de gentrificação (Pacheco 2015).

Referências

Aldrigue, M. d. S., (2012). *Aparências da forma e forma do espaço: análise da configuração espacial de residências unifamiliares dos anos 1970 em João Pessoa PB*. Dissertação de Mestrado em Conforto no Ambiente Construído; Forma Urbana e Habitação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. [Consultado em 25 de março de 2022]. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/12385>

Amorim, L. M. d. E., (2001). Modernismo recifense: uma escola de arquitetura, três paradigmas e alguns paradoxos. <https://vitruvius.com.br>. [Consultado em 5 de abril de 2022]. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/01.012/889>

Amorim, L. M. d. E., (2008). Flexibilidade espacial: entre o princípio e o mito. In: C. M.

- S. Griz, ed. *Cidades: urbanismo, patrimônio e sociedade*. 2ª ed. Olinda: FRBH Editora. pp. 297–326.
- Beck, M. P., (2011). *Arquitetura, visão e movimento O discurso de paulo mendes da rocha na pinacoteca do estado de são paulo*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. [Consultado em 18 de agosto de 2022]. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/33455/000787522.pdf?sequence=1>
- Bonduki, N. G., (2005). *Origens da habitação social no Brasil*. 4ª ed. São Paulo: Estação Liberdade.
- Brandão, V. B., (2013). *Brasília, a cidade patrimônio e sua escala residencial: preservar o quê? E por quê?* Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília. [Consultado em 20 de junho de 2022]. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB_a7ff636e61090c092807325855d65290
- Brasil. Distrito Federal. Governo do Distrito Federal, (1960). *Código de Edificações de Brasília* Decreto n.º 7, 13 de junho. [Consultado em 13 de julho de 2022]. Disponível em: <http://www.cbm.df.gov.br/scip/wp-content/uploads/2021/01/Decreto-No-7-DE-1960.pdf>
- Brasil. Distrito Federal. Governo do Distrito Federal, (1967). *Código de Edificações de Brasília* Decreto n.º 596, 8 de março. [Consultado em 13 de julho de 2022]. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/DetalhesDeNorma.aspx?id_norma=0513067258d14c489003a65d03a4998f
- Brasil. Distrito Federal. Governo do Distrito Federal, (1987). *Preservação da concepção urbanística de Brasília* Decreto n.º 10.829, 14 de outubro. [Consultado em 20 de maio de 2022]. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/15139/Decreto_10829_14_10_1987.html
- Brasil. Distrito Federal. Governo do Distrito Federal, (2017). *Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB* Proposta de minuta de Lei, 3 de março. [Consultado em 11 de julho de 2022]. Disponível em: <http://www.seduh.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/11/Minuta-PLC-PPCUB.pdf>
- Brasil. IPHAN, (1992). *Proteção do Conjunto Urbanístico de Brasília* Portaria n.º 314, 8 de outubro. [Consultado em 13 de julho de 2022]. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_314_de_8_de_outubro_de_1992.pdf
- Bruand, Y., (2010). *Arquitetura contemporânea no Brasil*. São Paulo: Perspectiva.
- Castelo, L. F. M., (2008). *Fissuras urbanas*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e urbanismo, Universidade de Brasília. [Consultado em 21 de junho de 2022]. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/4112>
- Costa, L. M. F. R. d. L., (2017). *Diário Oficial do Distrito Federal – Decreto n.º 10.829 de 14 de outubro de 1987*. In: *Anexo I - Brasília revisitada*. Brasília: SEDUH - Montagem republicação. [Consultado em 20 de maio de 2022]. Disponível em: http://www.seduh.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/11/10_BsB_Revisita da_MontagemRepublicacao.pdf
- Costa, L. M. F. R. d. L., (2018a). *Registro de uma vivência*. 3ª ed. São Paulo: Editora 34, SESC.
- Costa, L. M. F. R. d. L., (2018b). *Relatório do plano piloto de Brasília*. In: *Brasília, cidade que inventei*. 4ª ed. Brasília: IPHAN/Secretaria de Cultura do Distrito Federal. pp. 26–43. [Consultado em 25 de maio de 2022]. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/lucio_costa_miolo_2018_reimpressao.pdf
- Costa, M. E. L. e Lima, A. V., (1985). *Brasília 57-85: do plano-piloto ao plano piloto*. Brasília: TERRACAP/GDF.
- Ficher, S., Schlee, A. R. e França, J., (2010). *Guia de obras de Oscar Niemeyer : Brasília 50 anos*. Brasília: Instituto dos Arquitetos do Brasil/Câmara dos Deputados.
- Frampton, K., (1997). *História crítica da arquitetura moderna*. São Paulo: Martins Fontes.

- Francisconi, J. G., (2011). Da insustentabilidade do plano piloto. *Revista de arquitetura e Urbanismo Mínimo Denominador Comum*. [Consultado em 23 de maio de 2022]. Disponível em: <https://mdc.arq.br/2011/02/17/da-insustentabilidade-do-plano-piloto/>
- Governo do Distrito Federal, (1987). *Norma de edificação e gabarito* NGB 40-1987. Brasília: GDF. [Consultado em 11 de julho de 2022]. Disponível em: <http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/>
- Griz, C. M. S., (2012). *Quando o luxo é necessário: sobre projetos de apartamento no Recife*. Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pernambuco. [Consultado em 20 de junho de 2022]. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/11394/1/tese_cristiana_griz.pdf
- Gurgel, A. P. C., (2018). Diálogos entre Lina Bo Bardi e Julienne Hanson: a produção arquitetônica residencial modernista brasileira sob a ótica da sintaxe espacial. *Revistas Uniandes - Darq*. (23), 36–65.
- Hanson, J., (1998). *Decoding homes and houses*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hanson, J. e Hillier, B., (1984). *The social logic of space*. Londres: Cambridge University Press.
- Holanda, F. D., (2013). *10 mandamentos da arquitetura*. Brasília: FRBH Editora.
- Lira, J. T. C. d., (2011). *Warchavchik: fraturas da vanguarda*. São Paulo: Cosac & Naify.
- Meira, R. R., (2013). *Frente ou fundo?: a inserção da casa unifamiliar na escala residencial do Plano Piloto de Brasília*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e urbanismo, Universidade de Brasília. [Consultado em 3 de julho de 2022]. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/16427>
- Novacap, (1957a). Brasília: revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil. Ano I(7). [Consultado em 27 de julho de 2022]. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/506967>
- Novacap, (1957b). Brasília: revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil. Ano I(10). [Consultado em 27 de julho de 2022]. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/506967>
- Pacheco, M. E. O., (2015). *Os limites da gentrificação na Vila Planalto*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e urbanismo, Universidade de Brasília. [Consultado em 23 de julho de 2022]. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/20737>
- Palazzo, P. P. e Ficher, S., (2005). Os paradigmas urbanísticos de Brasília. In: *Cadernos PPG-AU/FAUBA, ano III, Salvador*. Salvador - Bahia: PPG-AU/FAUBA. pp. 49–71. [Consultado em 15 de maio de 2022]. Disponível em: https://www.academia.edu/2038618/Os_para_digmas_urbanisticos_de_Brasilia
- Trigueiro, E. e Marques, S., (2015). À la recherche de la maison moderniste perdue. In: *Casas e casos: sobre modos de morar no Nordeste do Brasil, Natal, Brasil*. Natal: EDUFRN. pp. 95–121. [Consultado em 30 de outubro de 2021]. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/20029>
- Turner, A., Doxa, M., O'Sullivan, D. e Penn, A., (2001). From isovists to visibility graphs. *Environment and Planning B: Planning and Design*. **28**, 103–121. [Consultado em 20 de novembro de 2021]. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/1668886.pdf>
- Zevi, B., (2009). *Saber ver a arquitetura*. 6ª ed. Traduzido do Italiano por Maria Isabel Gaspar e Gaeten Martins de Oliveira. São Paulo: WMF Martins Fontes.

Not only in Superquadras will you live in the Plano Piloto: configurational analysis of the original designs of the blocks 700 south

Abstract. *This article discusses the morphology of the single-family residential scale located in the Plano Piloto of Brasília, taking space syntax as a theoretical and methodological apparatus. The original projects were analyzed both at the building and urban scale, based on the primary sources researched at the Public Archive of the Federal District. The popular typology of terraced houses, although not present in Lucio Costa's original project, was soon inserted into the plan during construction to solve the staff's housing demand even before the inauguration of the capital. The VGA's of the original projects demonstrate that the criteria for privacy and social separation between employers and employees are replicated. The insertion of this traditional way of living creates a dichotomy with the model originally proposed for the Superquadras, especially regarding heritage preservation, since the legislation did little to prevent or supervise changes to the terraced houses.*

Keywords. *Popular housing, Plano piloto, morphology, heritage.*

Editores responsáveis pela submissão: Ana Paula Gurgel, Frederico de Holanda, Valério Medeiros e Vânia Loureiro

Licenciado sob uma licença Creative Commons.

